



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito e Investimento de
Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi
Agroempresarial PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY
Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar --Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
Mandaguari / PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



EY

Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: No Programa A União Faz A Vida, devido a pandemia, implementamos uma plataforma de ensino à distância, onde proporcionamos 10 cursos para os mais de 1.200 professores cadastrados, numa carga horária de 250 horas. No Pertencer, reunimos no mês de fevereiro mais de 8 mil associados nas 26 reuniões assembleares. Com o Fundo Social, auxiliamos 75 entidades filantrópicas e secretarias municipais de saúde no combate ao Covid-19, com um total de R\$ 200 mil em doações de álcool gel 70, sabonete líquido, máscaras, luvas, etc. Em outubro, formamos quase 1.000 associados no programa Crescer, realizado de forma online e na Semana Enef, reunimos também por um modelo remoto 500 associados micro empresários individuais para falar sobre educação financeira. Em julho, no Dia C, arrecadamos mais de 104 mil reais para 33 entidades.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: comemoramos em 2020 35 anos de história e mesmo com a pandemia, realizamos uma live especial pelas redes sociais, que atingiu mais de 60 mil visualizações; para registrar a nossa história, foi feito um documentário "A História contada por quem a viveu" sobre os 35 anos da cooperativa, com depoimentos de associados, colaboradores e pessoas que foram fundamentais neste processo; em junho, iniciamos a campanha "35 anos juntos", na qual sorteamos uma camioneta Nissan Frontier 0 Km, 35 poupanças de 3 mil reais e mais de R\$ 250 mil em prêmios instantâneos. Inauguramos mais 3 agências no estado de São Paulo (Osasco, Ibiúna e São Roque), chegando a 8 em solo paulista e a 29 na cooperativa. Mesmo diante do cenário preocupante, crescemos mais de 40 % nossos ativos em relação a 2019 e nosso NPS (Net Promoter Score - índice que avalia a satisfação do associado junto a cooperativa) evoluiu 6 pontos, fechando o ano em 72,4.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	65.000	84.180
Carteira de Crédito *	460.762	975.175
Depósitos	620.000	1.279.011
Patrimônio Líquido	173.346	187.670
Capital	61.726	59.030
Resultado Antes das Destinações	16.501	36.613
Rentabilidade do PL	9,52%	19,51%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, foi criado um Comitê de Crise que se reunia sempre que necessário para discutir diversas ações, com o objetivo de proteger a saúde dos associados e colaboradores. Distribuímos máscaras para colaboradores e álcool gel em todas as agências, limitamos o atendimento presencial e conscientizamos nosso público através das mídias tradicionais e redes sociais. Na liberação de recursos no ano de 2020, concedemos crédito comercial para mais de R\$ 295 milhões, e na linha de crédito rural R\$ 35 milhões e somando em crédito total a liberação de mais de R\$ 370 milhões. Vale destacar as linhas de crédito que apoiaram os empreendedores e empresas durante a pandemia: no PEAC FGI mais de 79 milhões concedidos e no PRONAMPE 23 milhões. Com um total de 57 milhões em Renda Agregada à Sociedade, o nosso modelo de negócios fomenta a aplicação de recursos na própria comunidade, promovendo o fortalecimento dos associados, o desenvolvimento para os municípios e benefícios para a sociedade.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.776.225	1.314.502	PASSIVO		1.588.555	1.159.291
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	6.076	10.123	DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.279.011	933.088
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.743.446	1.274.967	Depósitos à vista		258.818	131.410
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	50.646	24.703	Depósitos interfinanceiros		19.487	13.921
Centralização financeira	(Nota 04)	613.538	517.095	Depósitos a prazo		1.000.706	787.757
Relações interfinanceiras ativas		66	280	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		204.991	151.260
Operações de crédito	(Nota 06)	1.012.008	684.112	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	196.858	144.137
Outros ativos financeiros	(Nota 07)	67.188	48.777	Obrigações por repasses	(Nota 13)	1.032	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 06)	(36.833)	(29.611)	Outros passivos financeiros	(Nota 14)	7.101	7.123
OUTROS ATIVOS	(Nota 08)	10.322	7.941	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	1.411	2.698
INVESTIMENTOS	(Nota 09)	20.755	20.755	OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	103.142	72.245
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	26.759	24.325				
INTANGÍVEL	(Nota 10)	5.700	6.002	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	187.670	155.211
				CAPITAL SOCIAL		59.030	54.786
				RESERVAS DE SOBRAS		121.541	94.920
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.099	5.505
TOTAL DO ATIVO		1.776.225	1.314.502	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.776.225	1.314.502

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	73.843	145.995	130.941
Operações de crédito (Nota 06)	73.438	144.922	130.335
Resultado títulos e valores mobiliários	387	1.054	575
Resultado das aplicações compulsórias	18	19	31
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(28.179)	(61.625)	(72.436)
Operações de captação no mercado	(9.802)	(25.605)	(45.107)
Operações de empréstimos e repasses	(4.203)	(8.476)	(7.719)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 06)	(14.174)	(27.544)	(19.610)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	45.664	84.370	58.505
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(21.367)	(40.327)	(20.137)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	22.838	40.339	28.646
Rendas de tarifas bancárias	8.586	16.471	14.717
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 21)	(22.949)	(43.648)	(39.363)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	(27.620)	(55.372)	(43.445)
Dispêndios e despesas tributárias	(339)	(870)	(994)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	13.982	30.409	45.261
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(15.865)	(27.656)	(24.959)
RESULTADO OPERACIONAL	24.297	44.043	38.368
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.845	1.978	503
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	26.142	46.021	38.871
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(213)	(1.505)	(1.941)
Provisão para Imposto de Renda	(110)	(941)	(1.209)
Provisão para Contribuição Social	(103)	(564)	(732)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(4.504)	(7.903)	(6.942)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	21.425	36.613	29.988

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP

CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	49.721	73.856	-	4.198	127.775
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.969	-	-	(3.969)	-
Destinações para reservas	-	-	200	(200)	-
Outras destinações	-	-	-	(29)	(29)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.067	-	-	-	3.067
Baixas de capital	(4.170)	-	-	-	(4.170)
Reversões de reservas	-	-	(200)	200	-
Resultado do período	-	-	-	29.988	29.988
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.376)	(1.376)
Reserva legal - Estatutária	-	20.644	-	(20.644)	-
Juros sobre o capital próprio	2.199	-	-	(2.243)	(44)
Reserva legal - Doação SFG	-	420	-	(420)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	54.786	94.920	-	5.505	155.211
Mutações do Período	5.065	21.064	-	1.307	27.436
Saldos no início do período em 01/01/2020	54.786	94.920	-	5.505	155.211
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	5.263	-	-	(5.263)	-
Destinações para reservas	-	-	200	(200)	-
Outras destinações	-	-	-	(42)	(42)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.080	-	-	-	3.080
Baixas de capital	(5.393)	-	-	-	(5.393)
Reversões de reservas	-	-	(200)	200	-
Resultado do período	-	-	-	36.613	36.613
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.775)	(1.775)
Reserva legal - Estatutária	-	26.621	-	(26.621)	-
Juros sobre o capital próprio	1.294	-	-	(1.318)	(24)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	59.030	121.541	-	7.099	187.670
Mutações do Período	4.244	26.621	-	1.594	32.459
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	58.414	94.920	200	15.188	168.722
Capital de associados					
Aumento de capital	1.718	-	-	-	1.718
Baixas de capital	(2.396)	-	-	-	(2.396)
Reversões de reservas	-	-	(200)	200	-
Resultado do período	-	-	-	21.425	21.425
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.775)	(1.775)
Reserva legal - Estatutária	-	26.621	-	(26.621)	-
Juros sobre o capital próprio	1.294	-	-	(1.318)	(24)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	59.030	121.541	-	7.099	187.670
Mutações do Período	616	26.621	(200)	(8.089)	18.948

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 79.457.883/0001-13

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	24.627	45.769	40.690
Resultado do semestre/exercício	21.425	36.613	29.988
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.202	9.156	10.702
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.704	7.222	7.904
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(312)	(312)	51
Depreciação e amortização	2.779	5.212	4.121
Baixas do ativo permanente	16	96	23
(Reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.210)	(1.287)	(21)
Destinações ao FATES	(1.775)	(1.775)	(1.376)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(35.072)	56.446	127.308
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(20.332)	(25.943)	(20.867)
Redução (aumento) em relações interfinanceiras ativas	11.327	214	(160)
(Aumento) em operações de crédito	(290.029)	(327.896)	(195.485)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	51.705	52.721	32.785
(Aumento) em outros ativos financeiros	(17.035)	(18.411)	(11.735)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.545	(2.069)	356
Aumento em depósitos	196.103	345.923	310.905
(Redução) em passivos financeiros	(348)	(22)	237
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	32	1.032	(6.589)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(109)	(933)	(1.050)
Aumento em outros passivos	32.069	31.830	18.911
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(10.445)	102.215	167.998
Aquisição de investimentos	-	-	(7.678)
Aquisição de imobilizado de uso	(3.079)	(5.853)	(7.009)
Aplicações no intangível	(903)	(1.587)	(925)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.982)	(7.440)	(15.612)
Integralização de capital	1.718	3.080	3.067
Baixa de capital	(2.396)	(5.393)	(4.170)
Juros ao capital próprio	(24)	(24)	(44)
Distribuição de Sobras	-	(42)	(29)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(702)	(2.379)	(1.176)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(15.129)	92.396	151.210
Caixa e equivalente de caixa no início do período	634.742	527.218	376.008
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	619.614	619.614	527.218

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	21.425	36.613	29.988
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	21.425	36.613	29.988

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 03/09/1985 e sede situada na Rua Renê Tacola, 594 - 2 Andar, na cidade de Mandaguari - Paraná . A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 30 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explanatória; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acréscida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	6.076	10.123
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	613.538	517.095
Total	619.614	527.218

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	-	50.646	50.646	24.703
Total	-	-	50.646	50.646	24.703

Total não circulante 50.646 24.703

As aplicações de DI entre Banco e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020				31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Empréstimos e títulos descontados	7.403	86.542	164.784	414.200	672.929
Financiamentos	914	15.502	47.971	98.994	163.381
Financiamentos rurais e agroindustriais	96	12.041	114.924	48.637	175.698
Total das operações de crédito	8.413	114.085	327.679	561.831	1.012.008
Avais e fianças honrados	134	9	-	-	143
Devedores por compra de valores e bens	-	127	368	613	1.108
Títulos e créditos a receber	-	47.057	15.032	17	62.106
Total de outros créditos	134	47.193	15.400	630	63.357
Carteira total	8.547	161.278	343.079	562.461	1.075.365
Total circulante				512.904	431.058
Total não circulante				562.461	297.995

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	34.692	32	-	-
A	0,50	619.661	370.326	3.095	1.852
B	1,00	296.216	235.939	2.960	2.358
C	3,00	73.214	72.502	2.194	2.175
D	10,00	19.219	19.359	1.918	1.936
E	30,00	6.361	10.300	1.908	3.090
F	50,00	1.438	3.070	719	1.535
G	70,00	1.749	2.868	1.224	2.008
H	100,00	22.815	14.657	22.815	14.657
Total		1.075.365	729.053	36.833	29.611

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 100.707 (dezembro de 2019 - R\$ 58.345) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fiancas Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 958 (dezembro de 2019 - R\$ 782) conforme Nota 14.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da Carteira	31/12/2019		
		A vencer						
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses				
Pessoas físicas	5.966	77.402	103.305	234.733	421.406	342.088		
Rural	96	12.041	114.924	48.637	175.698	145.907		
Industrial	68	11.797	15.945	41.191	69.001	47.694		
Comércio	1.286	30.991	50.488	115.036	197.801	104.580		
Outros serviços	1.131	29.047	58.417	122.864	211.459	88.784		
Total	8.547	161.278	343.079	562.461	1.075.365	729.053		
Total circulante					512.904	431.058		
Total não circulante					562.461	297.995		

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	71.816	6,68	35.722	4,90
50 devedores seguintes	145.949	13,57	89.604	12,29
100 devedores seguintes	128.716	11,97	88.641	12,16
Demais	728.884	67,78	515.086	70,65
Total	1.075.365	100,00	729.053	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	29.611	21.707
Constituição de provisão	47.110	36.565
Reversão de provisão	(19.566)	(16.955)
Movimentação de baixados para prejuízo	(20.322)	(11.706)
Saldo final	36.833	29.611

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	50.727	100.605	96.361
Financiamentos	11.783	22.695	19.283
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.508	11.172	9.081
Outros	11	26	31
Subtotal	68.029	134.498	124.756
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	5.409	10.424	5.579
Total	73.438	144.922	130.335

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 41.587 (2019 - R\$ 23.803).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	62.106	43.833
Rendas a receber	2.072	1.414
Devedores por compra de valores e bens (Nota 06)	1.108	1.058
Avais e fianças honrados (Nota 06)	143	50
Operações com cartões	1.102	719
Devedores por depósitos em garantia	657	1.703
Total	67.188	48.777
Total circulante	66.557	48.078
Total não circulante	631	699

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	6.029	4.542
Adiantamentos e antecipações salariais	1.342	1.275
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	222	80
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.058	1.139
Impostos e contribuições a compensar	34	23
Cotas de consórcio	16	34
Pendências a regularizar	864	149
Outros	757	699
Total	10.322	7.941

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	7.060	5.889
Imóveis	6.945	5.547
Veículos e afins	89	316
Máquinas e equipamentos	10	10
Outros bens não de uso próprio	16	16
Despesas antecipadas	33	29
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.064)	(1.376)
Total Circulante	6.029	4.542

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(1.376)	(1.325)
Constituição de provisão	(138)	(118)
Reversão de provisão	450	67
Saldo final	(1.064)	(1.376)

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	16.444	16.444
Sicredi Participações S.A.	4.310	4.310
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	20.755	20.755

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	1.389.012 ON 2.920.671 PN	1.389.012 ON 2.920.671 PN	1 Quotas	1 Quotas	16.444.786 Quotas	16.444.786 Quotas
Percentual de participação	0,37%	0,41%	0,62%	0,62%	5,16%	5,19%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	4.310	4.310	1	1	16.444	16.444

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	41.758	(14.999)	26.759	24.325	
Imobilizações em curso	-	357	-	357	960	
Terrenos	-	2.325	-	2.325	2.325	
Edificações	4%	6.383	(1.267)	5.116	4.198	
Instalações	10%	5.190	(2.725)	2.465	2.413	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.889	(1.181)	4.708	4.596	
Móveis e equipamentos	10%	9.040	(3.021)	6.019	4.947	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.062	(657)	1.405	1.086	
Equipamentos de processamento de dados	20%	9.664	(5.509)	4.155	3.435	
Veículos	20%	848	(639)	209	365	
Intangível		14.473	(8.773)	5.700	6.002	
Investimentos Confederação		14.473	(8.773)	5.700	6.002	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos à vista	258.818	-	-	258.818	131.410
Depósitos interfinanceiros	14.306	5.181	-	19.487	13.921
Depósitos a prazo	2.515	13.173	985.018	1.000.706	787.757
Total	275.639	18.354	985.018	1.279.011	933.088
Total circulante				293.993	143.472
Total não circulante				985.018	789.616

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	196.858	144.137
Total	196.858	144.137

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.074	118.202	66.582	196.858	144.137
Total - Recursos do Crédito Rural	12.074	118.202	66.582	196.858	144.137
Total circulante				130.276	100.346
Total não circulante				66.582	43.791

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/10/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	95	311	626	1.032	-
Total	95	311	626	1.032	-
Total circulante				406	-
Total não circulante				626	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	958	782
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	4.851	199
Recursos em trânsito de terceiros	1.279	1.361
Recursos vinculados a operações de crédito	13	-
Total circulante	7.101	2.342
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	4.781
Total não circulante	-	4.781

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	808	1.966
Cível	Provável	601	720
Tributária	Provável	2	12
Total		1.411	2.698

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	1.966	40	(1.198)	808
Cível	720	236	(355)	601
Tributária	12	2	(12)	2
Total	2.698	278	(1.565)	1.411

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 330; R\$ 3.292 e R\$ 2.076 (dezembro de 2019 - R\$ 272, R\$ 1.440 e R\$ 2.155), respectivamente.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	60.849	42.572
Provisão para pagamentos a efetuar	13.313	6.243
Cotas de capital a pagar	3.995	3.111
Provisão para participações nos lucros	8.535	7.576
Fundo de assistência técnica, educacional e social	2.218	1.377
Impostos e contribuições a recolher	1.879	2.541
Credores diversos	6.192	6.119
Cheques administrativos	6.053	2.378
Cobrança e arrecadação de tributos	7	289
Pendências a regularizar	101	39
Total circulante	103.142	72.245

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	59.030	54.786
Total de associados	84.180	74.646

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 4.244 (2019 – R\$5.065), sendo R\$ 6.557 (2019 – R\$ 6.168) via integralização de resultados e R\$ 3.080 (2019 – R\$ 3.067), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$5.393 (2019 – R\$ 4.170).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,29% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.318, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.389 (R\$ 420 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	38.118	31.929
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(15.247)	(12.772)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	13.299	9.984
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	527	897
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(84)	(50)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.505)	(1.941)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	50.646	24.703
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	613.538	517.095
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	1.799	1.136
Outros ativos (Nota 08)	1.058	1.446
Investimentos (Nota 09)	20.755	20.755
Intangível (Nota 10)	5.700	6.002
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	19.487	13.921
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	196.857	144.137
Outros passivos (Nota 16)	57.993	42.074
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	4.851	4.980
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	1.054	575
Ingressos e receitas de prestação de serviços	9.357	6.445
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	16.946	34.369
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	1.389	420
Despesas		
Operações de captação no mercado	414	303
Operações de empréstimos e repasses	8.453	7.719
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	3.570	4.476
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	12.563	13.008

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	117	0,05%	68
Depósitos a prazo	3.454	0,35%	1.636
Operações de crédito	4.615	0,46%	4.751

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	7.622	7.243

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	12.876	24.901	22.890
Benefícios	4.975	9.457	7.717
Encargos sociais	5.049	9.175	8.167
Treinamentos	49	115	589
Total	22.949	43.648	39.363

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	449	923	958
Alugueis	2.237	4.189	3.561
Comunicação	628	1.226	1.522
Manutenção e conservação	916	1.795	1.715
Material de expediente	418	809	571
Processamento dados	887	1.695	1.262
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	2.292	4.518	3.785
Serviços do sistema financeiro	2.768	5.200	4.497
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	4.618	7.541	4.435
Serviços de vigilância e segurança	1.359	2.653	2.455
Serviços de transportes	1.299	2.572	2.606
Depreciação	1.692	3.323	2.625
Amortização (Rateio Confederação)	1.087	1.889	1.496
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	109	933	1.467
Provisões para despesas administrativas	3.400	8.369	2.748
Outras despesas administrativas	3.461	7.737	7.742
Total	27.620	55.372	43.445

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	109	933	1.050
Recuperação de encargos e despesas	3.061	7.353	6.549
Ingressos depósitos intercooperativos	6.313	16.448	33.939
Reversão de provisões operacionais	1.872	1.736	2.237
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	(437)	499	469
Reversão de provisões para passivos contingentes	1.353	1.565	575
Outras rendas operacionais	1.711	1.875	442
Total	13.982	30.409	45.261

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.608	3.699	2.398
Contribuições Cooperativistas	108	215	207
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	163	848	1.508
Contribuição Confederação Sicredi	5.894	11.190	10.533
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	628	1.250	1.363
Encargos da administração financeira	1	5	174
Repasso Administradora de Cartões	-	199	517
Provisões para garantias financeiras prestadas	450	675	459
Provisões para passivos contingentes	143	278	553
Outras provisões operacionais	742	1.385	1.252
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.900	4.467	2.816
Risco operacional	1.294	1.594	890
Juros e comissões	568	1.080	1.141
Outras despesas operacionais	366	771	1.148
Total	15.865	27.656	24.959

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	21.425	36.613	29.988
Eventos não recorrentes	1.389	1.389	420
Resultado recorrente	20.036	35.224	29.568

NOTA 26 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	100.650	58.276
Coobrigações em cessões de crédito	57	69
Total	100.707	58.345

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	187.670	151.201
Nível I (NI)	187.670	149.209
Capital principal - CP	187.670	149.209
Capital social	59.030	54.786
Reservas de capital	121.541	94.920
Lucros acumulados	7.099	5.505
Ajustes Prudenciais	-	(6.002)
Nível II (NII)	-	1.992
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	-	1.992
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.189.557	856.357
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	541	4.421
Margem de Capital	71.395	56.862
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,30%	17,66%
Situação de Imobilização (Imob)	26.760	24.327
Índice de Imobilização (Imob / PR)	14,71%	16,09%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Marcelo Filinberti De Bortoli
Diretor Executivo
CPF: 678.276.750-34

Cristiano Martinelli
Diretor de Operações
CPF: 001.287.999-19

Patricia Cristiane de Oliveira Turini
Contadora
CRC: PR-045808/O-5
CPF: 785.823.269-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Mandaguari / Paraná, 09 de fevereiro de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Agroempresarial - Sicredi Agroempresarial PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Iva Dionisio Mendes
Conselheiro

Jose Maria Estrada
Conselheiro

Vilson Antonio Mantovani
Conselheiro